

FRANCO, Pereira

*magistrado; pres. SE 1853; dep. geral BA 1857-1864 e 1869-1870; min. Marinha 1870-1871; dep. geral BA 1872-1875; min. Marinha 1875-1878; min. Guerra 1876-1878; min. STF 1891-1902.

Luís Antônio Pereira Franco, futuro *barão de Pereira Franco*, nasceu na província da Bahia no dia 19 de outubro de 1826, filho de Luís Antônio Pereira Franco e de Leonor Felisberta Pereira Franco.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Olinda, onde recebeu o grau de bacharel em outubro de 1847. No ano seguinte iniciou sua carreira na magistratura, sendo nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Santo Amaro da Purificação, em sua província natal. Ainda em 1848, foi eleito deputado provincial à Assembleia da Bahia. Removido para o termo de Nazaré (BA) em 1850, encerrou seu primeiro mandato legislativo em 1851. Presidente da província de Sergipe em 1853, foi nomeado juiz de direito da comarca de Feira de Santana, na Bahia, em 1855.

Voltou à política em 1857, eleito deputado pela Bahia, agora para a Assembleia Geral do Império. Vitorioso na eleição seguinte, deixou o parlamento em 1864. Mais uma vez bem-sucedido nas eleições de 1869, retornou à Assembleia Geral. Ligado aos conservadores do Império, foi ministro da Marinha de 1870 até 1871, quando foi removido para a Vara de Órfãos de Salvador. Foi mais uma vez eleito em 1872, sendo depois, em 1875, removido para 1ª Vara Cível de Niterói, na província fluminense. Durante a gestão do gabinete conservador do duque de Caxias, ocupou interinamente a pasta da Marinha, entre 1875 e 1878 e, de forma efetiva, a pasta da Guerra, de 1876 até 1878. Em março de 1887, foi nomeado desembargador da Relação da Corte, cargo em que foi aposentado em maio de 1888, passando a se dedicar à política, à advocacia e aos negócios particulares. Foi agraciado por dom Pedro II com a comenda da Ordem da Rosa, em 1886, e com o título de barão de Pereira Franco, com honras de grandeza, em 1888.

Após a proclamação da República, foi nomeado subprocurador da Corte de Apelação do

Distrito Federal, a antiga Relação da Corte, para pouco depois, em 1890, ocupar novamente o lugar de desembargador daquele tribunal. Em janeiro de 1891, em substituição a Bernardino de Campos, que não aceitou a nomeação, foi designado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), corte de controle da constitucionalidade criada em outubro de 1890 pelo regime republicano nos moldes da Suprema Corte norte-americana. Personagem que, embora ligado aos conservadores do Império, conseguiu ocupar postos de relevo na administração pública republicana, não foi atingido pela pequena reforma institucional realizada no STF durante o governo Floriano Peixoto (1891-1894), que visava a afastar os juízes identificados com a monarquia.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 20 de janeiro de 1902, em pleno exercício de suas funções no STF.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.